



Poder Judiciário

### Conselho Nacional de Justiça

O Conselho Nacional de Justiça, por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias, torna público o resultado de seleção dos trabalhos técnicos para apresentação nos Seminários de Pesquisas Empíricas Aplicadas a Políticas Judiciárias.

A iniciativa foi divulgada por meio do Edital de Chamada Pública n. 1/2025, disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/10/dj222-2025-edital-chamada-publica-1-2025-trabalhos-tecnicos.pdf>, que apresenta maiores informações.

Foram selecionados 91 trabalhos, conforme tabela abaixo:

	<b>Título do Trabalho</b>	<b>Autores(as)</b>
<b>1</b>	Assédio moral no judiciário: Prevalência e repercussões na saúde dos trabalhadores.	Adriana Machado Pooli Janine Kieling Monteiro*
<b>2</b>	A participação das Magistradas no Conselho Nacional de Justiça: números e trajetórias.	Adriana Ramos de Mello Mariana Rezende Ferreira Marcela Santana Lobo
<b>3</b>	Imparcialidade judicial e vieses cognitivos: uma análise empírica de situações que podem enviesar o magistrado no processo civil brasileiro.	Alexandre Moura Alves de Paula filho
<b>4</b>	O Ciclo da Litigância Climática no Brasil: entre o Direito e a Política.	Ana Carolina de Sousa Casto Cristiana Losekann
<b>5</b>	Construindo capacidades estatais no Brasil: o papel desempenhado pelos concursos públicos no recrutamento de quadros para o Estado brasileiro – O caso do Exame Nacional da Magistratura (ENAM).	André Gambier Campos Alif Pietrobelli Azevedo
<b>6</b>	Perspectivas sobre o acesso inclusivo à justiça do trabalho: uma investigação centrada no trabalhador em uma capital da Amazônia.	André Luiz de Oliveira Verdi-Brum



Poder Judiciário

**Conselho Nacional de Justiça**

<b>7</b>	Grupo reflexivo de homens: o que revelam os autores de violência contra a mulher, no Marajó oriental.	Andréa Souza de Albuquerque Myrla Cristina Gomes Soares Licio Coelho Andrade*
<b>8</b>	Gestão Administrativa no Poder Judiciário sob a visão do Juiz-Gestor.	Andreia Luiza Batista Braga Cavalcanti
<b>9</b>	Diálogos entre Justiça Comunitária e Justiça Restaurativa: um estudo a partir da experiência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.	Anne Caroline Rodrigues Brito
<b>10</b>	Reverberando Direito: Análise da experiência da Justiça Restaurativa no município de São José de Ribamar – Maranhão (2010 a 2023).	Antonilda Costa Oliveira
<b>11</b>	O efeito paradoxo do precedente: análise empírica do aumento de litigiosidade sobre o "Benefício Social Familiar" no TRT18 após o julgamento do IRDR 24.	Augusto Claudino Dias Narayana Teixeira Hannas Rodrigo Alves de Oliveira
<b>12</b>	Relatório do Mutirão de Atendimento às pessoas indígenas presas na Penitenciária Estadual de Dourados – 26 a 30 de julho de 2023.	Bruna Hoisler Sallet
<b>13</b>	Núcleos de Apoio Técnico do Judiciário (NatJus): a criação de um sistema paralelo de avaliação de tecnologias em saúde.	Bruno da Cunha de Oliveira Daniel Wei Liang Wang
<b>14</b>	Tutela Provisória de Urgência e Remédios Constitucionais: quais fatores aumentam ou diminuem as chances de concessão de liminares nos julgamentos de Mandado de Segurança na Seção Judiciária da Justiça Federal de Pernambuco?	Camila Borges de Oliveira José Mário Wanderley Gomes Neto Rafael Cândido Rodrigues da Silva Renan Francelino da Silva*



Poder Judiciário

**Conselho Nacional de Justiça**

<b>15</b>	A Defensoria Pública da União e os obstáculos da segunda onda do acesso à justiça: testando correlações entre o orçamento público anual e o atendimento nesse órgão entre 2014-2023.	Camila Borges de Oliveira José Mário Wanderley Gomes Neto Rafael Cândido Rodrigues da Silva Renan Francelino da Silva*
<b>16</b>	A aplicação do princípio da insignificância pelo Supremo Tribunal Federal nos crimes de furto: criminalização secundária e seletividade.	Camila Ribeiro Hernandes Alessandra Rapacci Prado
<b>17</b>	A mediação nas ações de família: uma (re)análise da atuação judicial à luz do pensamento sistêmico e da interdisciplinaridade.	Carmen Lúcia Rodrigues Ramajo
<b>18</b>	Política penitenciária nacional (1976-2018): arranjos institucionais e instrumentos de produção estatística.	Carolina Cutrupi Ferreira
<b>19</b>	Devoluções nas adoções nacionais e internacionais: Estudo com base nas experiências do Brasil e Itália.	Cristiano Diniz da Silva
<b>20</b>	Pesquisa sobre a participação feminina no Tribunal Superior do Trabalho e no Conselho Superior da Justiça do Trabalho.	Cristiano Siqueira Abreu e Lima Elisa Sardão Colares Erlene Maria Coelho Avelino Marcelino Champagnat Boaventura Priscila Aurora Landim de Castro Adriene Domingues Costa*
<b>21</b>	Governança Judicial: o Papel dos Centros de Inteligência no Poder Judiciário.	Dayana Cláudia Tavares B. de Castro Rafaella Lopes Ferreira Jordânia de Sousa Gomes
<b>22</b>	Arquitetura constitucional e efetividade: como a Densidade Normativa molda a Justiça Social.	Eduardo Henrique Titão Motta
<b>23</b>	Racismo estrutural e Justiça Restaurativa: uma análise crítica das	Elaine Alves Silva de Santana



Poder Judiciário

**Conselho Nacional de Justiça**

	formações promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça.	
<b>24</b>	Controle judicial de políticas públicas em tempos de pandemia: uma análise a partir dos conflitos sociopolíticos no Rio Grande do Norte.	Érica Milena Carvalho G. Leôncio Flávio Luiz Carneiro Cavalcanti Raquel Maria Silveira Ana Mônica Medeiros Ferreira
<b>25</b>	Exercício dos direitos políticos por pessoa com TEA: a invisibilidade a partir do cadastro eleitoral.	Erick Oliveira Chaquian
<b>26</b>	As bases democráticas do ressarcimento ao sus dos custos dos serviços de saúde prestados à vítima de violência doméstica e familiar: estudo de caso de Manaus/AM.	Évelin Staevie dos Santos
<b>27</b>	Direito sob custódia: uma década de audiências de custódia e o futuro da política pública de controle da prisão e prevenção da tortura.	Fabio de Almeida Cascardo Helena Bellan Marina Dias Martim Schein Landgraf Sylvia Diniz Dias Vivian Peres da Silva
<b>28</b>	Adoções diversas: pesquisas a partir da expertise profissional no PJSC.	Fernanda Ely Borba
<b>29</b>	Relatório de Pesquisa Dificuldades na Carreira da Magistrada 2025.	Fernanda Paixão Araujo Pinto
<b>30</b>	Relação dos marcadores sociais e a teoria do etiquetamento no Grupo de Diálogo Universidade, Cárcere e Comunidade/ TJAM, realizado no Centro de Detenção Penitenciário Feminino de Manaus-AM: um relato de experiência.	Flávia Eugênia Rodrigues de Souza Márcio de Oliveira Pedro Trindade Valente de Oliveira
<b>31</b>	O processo de tomada de decisão de jurados em casos de feminicídio.	Gabriela Perissinotto de Almeida
<b>32</b>	Sociabilidade intergeracional e velhice no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: a Corte tem idade.	Germanne Matos*



Poder Judiciário

**Conselho Nacional de Justiça**

33	Estudo empírico sobre a efetividade da prestação jurisdicional nas tutelas provisórias de urgência das demandas de assistência à saúde na comarca de Sobral/Ceará com o advento do processo judicial eletrônico.	Gessica Moura Fonteles Sebastião Patrício Mendes da Costa
34	“Nós somos gente... nós pode ser mãe...”: existências e resistências à retirada compulsória de filhas/os pelo estado.	Gracielle Feitosa de Loiola
35	O voto do preso provisório e do adolescente internado no estado do Tocantins.	Guilherme Aires Loureiro
36	O trabalho análogo à escravidão no Tribunal Regional da 4ª região frente à jurisprudência internacional.	Halandra Araujo Ferreira
37	STF na ditadura militar brasileira: um tribunal adaptável?	Heloisa Fernandes Câmara
38	O direito à intimidade: discurso, sexualidades e masculinidade no centro socioeducativo de Governador Valadares/MG.	Iasminne Rodrigues Pereira Beatriz Corrêa Camargo
39	O racismo na política de drogas e a defesa social na Política Judiciária: uma Análise do Discurso das decisões de habeas corpus no Tribunal de Justiça de Goiás.	Ícaro Melo dos Santos
40	O direito de não ser mãe: justiça reprodutiva e a entrega voluntária no Brasil	Isabely Fontana da Mota
41	Análise da percepção e aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, do Conselho Nacional de Justiça, por juízes e juízas na Justiça Federal em Alagoas, em primeiro grau, entre os anos de 2022 e 2024. <b>*Observação: escolher um ramo de justiça ou apresentar todos dentro do</b>	João Correia da Silva Neto Ana Clara Silva Nunes Danyelle Eunice Batinga Peixoto Matheus Vasconcelos Maia Elaine Cristina Pimentel Costa Andréa de Azevedo Santa Rosa



Poder Judiciário

**Conselho Nacional de Justiça**

	<b>tempo estipulado para uma apresentação.</b>	
<b>42</b>	Futuros possíveis de processos de inovação para o Poder Judiciário a partir de experiências formativas.	João Guilherme de Melo Peixoto Alex Sandro Gomes*
<b>43</b>	O povo indígena Pankararu e a interação com o sistema de justiça formal.	João Vitor Sales Zaidan
<b>44</b>	Teoria da imputação objetiva e sua funcionalidade no cenário brasileiro: um estudo jurisprudencial da sua aplicação nos TJs.	Jônica Marques Coura Aragão Bruna Érica Dantas Pereira Diógenes Lívia Oliveira Almeida Pedro Lucas Formiga de Almeida
<b>45</b>	Judiciário na Amazônia e povos tradicionais: Governança local e acesso à justiça.	José Gomes de Araújo Filho
<b>46</b>	Entre o silenciamento e a voz ativa: mulheres negras e acesso à justiça.	Julia dos Santos Drummond
<b>47</b>	Agenda 2030 e acesso à justiça na era digital: o papel dos PIDS na efetivação de direitos.	Juliane Gloria Sulzbach Pavan Giovanni Olsson
<b>48</b>	A incidência do mercúrio nos Tribunais Regionais Federais e Tribunais Regionais do Trabalho.	Linara Oeiras Assunção Cristina Figueiredo Terezo Ribeiro Sílvia Maria da Silveira Loureiro Lidiane Nascimento Leão
<b>49</b>	A inclusão da pessoa com deficiência através de concurso público: análise dos concursos realizados pelo Tribunal de justiça da Paraíba nos anos de 2008 e 2012.	Lua Yamaoka Mariz Maia Pitanga
<b>50</b>	Alienação parental como ferramenta de “lawfare”: um estudo sobre a justiça subnacional e a perpetuação da violência de gênero no Tribunal de Minas Gerais.	Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro Alessandra Abrahão Costa Alessandra Mendes França Mariana Elis Campos Gomes Leandro dos Santos Ferreira Mariana Avelar Cotta Glória Gabrielle Ribeiro Miranda
<b>51</b>	O efeito das audiências de custódia no fluxo de processamento do sistema de justiça criminal.	Ludmila Ribeiro



Poder Judiciário

**Conselho Nacional de Justiça**

<b>52</b>	Fortalecendo vias para as alternativas penais: um levantamento nacional da aplicação do acordo de não persecução penal no Brasil.	Manuela Abath Valença Marília Montenegro Pessoa de Mello
<b>53</b>	A audiência pública ambiental e acesso a ordem jurídica célere e justa: um estudo de caso sobre a experiência da conciliação e da participação social na 6ª Vara Federal de Florianópolis.	Marcelo Kras Borges
<b>54</b>	Análise Empírica da Integração da Justiça Restaurativa (JR) e Design Thinking (DT) na Redução da Violência Doméstica na Vara Criminal de Itapema – TJSC.	Márcia Sarubbi Lippmann
<b>55</b>	A instrumentalização da convenção americana de Direitos Humanos pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça.	Marcílio Barcellos Gessinger
<b>56</b>	Circulação de Decisões de Divórcio: Homologação e Cartas Rogatórias no Superior Tribunal de Justiça.	Marcos Vinícius Torres Rafael Barroso Felipe Rocha Thiago Klein
<b>57</b>	Profissionalismo e diferença de gênero na Defensoria Pública do Rio de Janeiro.	Maria Carolina Loss Leite
<b>58</b>	Pessoas surdas e judiciário: (in)acessibilidade e direitos linguísticos no TJPE e TJCE.	Mariana Marques da Hora
<b>59</b>	Ação afirmativa de gênero na carreira da magistratura brasileira: avanços e reveses da Resolução n. 540/23 do Conselho Nacional de Justiça.	Mariana Rezende Ferreira Yoshida Salise Monteiro Sanchotene*
<b>60</b>	Poder Judiciário e conflitos fundiários: a atuação da Comissão de Soluções Fundiárias do TRF da 2ª Região.	Mariana Trotta Dallalana Quintans Francisco Trope da Silva Porto Cecília Café Baldani Taiana de Castro Sobrinho
<b>61</b>	Acesso à justiça: um estudo dos obstáculos enfrentados pela comunidade surda.	Mirella Correia e Sá Cavalcanti



Poder Judiciário

**Conselho Nacional de Justiça**

<b>62</b>	Estratégias para a desjudicialização do acesso a bens e serviços públicos de saúde no estado de Minas Gerais: Propostas de aperfeiçoamento das políticas públicas a partir do estudo dos processos judiciais, 2014 a 2020.	Mônica Silva Monteiro de Castro Iara Veloso Oliveira Figueiredo Érika Ramos de Alvarenga Guilherme Lopes de Oliveira Enrico Antonio Colosimo Fausto Pereira dos Santos Rômulo Paes-Sousa
<b>63</b>	As diretrizes do CNJ como política pública para a população LGBTI+: uma análise da implementação pelos tribunais de justiça brasileiros.	Morgana Bastos Guerreiro Gustavo Raposo Pereira Feitosa
<b>64</b>	A percepção das mulheres atendidas nos JVDPM sobre a atuação do Poder Judiciário.	Myrian Caldeira Sartori Adalmir de Oliveira Gomes
<b>65</b>	Políticas públicas judiciárias de controle como instrumento de fiscalização dos comportamentos de magistrados e magistradas.	Nélia Mara Fleury
<b>66</b>	Modelo de Avaliação para o Desenvolvimento de Projetos em Laboratórios de Inovação do Poder Judiciário.	Palmyra Farinazzo Reis Repette
<b>67</b>	Mulheres na magistratura: percepções e desafios sobre dinâmicas de poder implicadas ao exercício da magistratura por diferentes perfis de juízas.	Priscila Coelho
<b>68</b>	Pessoas com deficiência e inclusão no Poder Judiciário: o dever legal de contratação das empresas terceirizadas.	Priscila Lopes da Silveira
<b>69</b>	“Mãe morta, pai preso”: crianças e adolescentes em contextos de feminicídio no estado do Paraná.	Priscilla Placha Sá Bruno do Amaral Machado Soraia da Rosa Mendes
<b>70</b>	A Judicialização do Auxílio Emergencial: o Potencial do diálogo interinstitucional para ajustes das Políticas Públicas.	Raquel Maria Silveira Flávio Luiz Carneiro Cavalcanti Raquel de Carvalho Cardoso*
<b>71</b>	Saúde e direito na pandemia de Covid-19: A judicialização da política pública no Rio Grande do Norte.	Raquel Maria Silveira Flávio Luiz Carneiro Cavalcanti Edson Lucas Pereira dos Santos



Poder Judiciário

**Conselho Nacional de Justiça**

<b>72</b>	Entre vozes e silêncios: a construção da política judiciária de tratamento adequado de conflitos na justiça do trabalho do Rio Grande do Norte	Ressú Ferreira Pires
<b>73</b>	Políticas públicas, direito e desenvolvimento: estudos críticos sobre saúde, ambiente, gênero, governança digital e segurança.	Ressú ferreira Pires Luciano Athayde Chaves
<b>74</b>	Direito e cidadania em debate.	Ressú Ferreira Pires Luciano Athayde Chaves Sérgio Alexandre Moraes Braga Júnior
<b>75</b>	Compromisso constitucional com a pacificação: provenção de litígios e tratamento adequado de conflitos Empresariais.	Roberto Portugal Bacellar
<b>76</b>	A urgência da prova pericial nos crimes de homicídio doloso e a defasagem estrutural da polícia científica no Paraná.	Rodrigo Régnier Chemim Guimarães Clara Luci da Silva Eduarda Poliana Silva
<b>77</b>	Heterojustice and domestic violence between queer women in Belo Horizonte, Brazil.	Samantha Nagle Cunha de Moura
<b>78</b>	A concepção de maternidade nos processos de destituição do poder familiar: uma análise interseccional.	Samara Freire do Nascimento.
<b>79</b>	Entre o generalismo e o particularismo: quanto vale a vida?	Sérgio Bocayuva Tavares Dias Igor de Lazari Carneiro Carlos Alberto Pereira Bolonha
<b>80</b>	Comunicação inclusiva e não sexista na Justiça Eleitoral: representatividade da mulher na linguagem do Instagram.	Silvia Helena Dias dos Santos Cynthia Mara Miranda*
<b>81</b>	Metas, controle e neoliberalismo no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará: uma análise a partir das noções de dispositivo e de biopoder.	Stéfano Gonçalves Lima
<b>82</b>	Tratamento estratégico das demandas repetitivas dos litigantes habituais nos juizados especiais cíveis: estudo de caso do TJRN.	Sulamita Bezerra Pacheco



Poder Judiciário  
**Conselho Nacional de Justiça**

<b>83</b>	A conciliação judicial é medida efetivada em valores inferiores ou superiores às condenações judiciais liquidadas?	Tadeu Guimarães Kangussu Junior
<b>84</b>	Análise do discurso judicial em relação à mulher em situação de violência doméstica nos acórdãos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.	Tatiana Amélia Soares Mendes
<b>85</b>	Respostas judiciais para casos de LGBTQFobia no Brasil.	Thiago de Souza Amparo Adilson José Moreira Dennis Pacheco Chiara Mori Passoni
<b>86</b>	Feminicídios: indicativos para a construção de políticas públicas de prevenção.	Thiago Pierobom de Ávila Marcela Novais Medeiros Cátia Betânia Chagas Elaine Novaes Vieira Thais Quezado Soares Magalhães Andrea Simoni de Zappa Passeto*
<b>87</b>	Litigância predatória no poder judiciário: diagnóstico, riscos e desafios.	Tiago Fontoura de Souza
<b>88</b>	O plenário virtual do Tribunal Superior Eleitoral no período 2019-2023: dinâmica e utilização da ferramenta da implementação à estabilização.	Ulisses Levy Silvério dos Reis Maria Teodora Rocha Maia do Amaral
<b>89</b>	Educação e cidadania: o papel do acesso à justiça na formação de alunos da EJA no CEJA professor Paulo Freire.	Victor Hugo Ferreira Cabral Bianca Gabriela Dias
<b>90</b>	Governança e gestão estratégica no Poder Judiciário: uma pesquisa aplicada no TRT da 21ª região: análise de práticas de gestão para pessoas com deficiência (PCDs) e pessoas idosas no TRT-21.	Victor Humberto Santos de Souza
<b>91</b>	Inovação na gestão de processos no Poder Judiciário, com o uso das ferramentas do Business Process Management – BPM.	Wagner Márcio Marques Cabral

\* Listagem atualizada em 30 de dezembro de 2025 com modificação da autoria do trabalho, em razão de solicitações recebidas e/ou conferência a partir dos dados cadastrados.



Poder Judiciário  
**Conselho Nacional de Justiça**

O calendário de apresentação dos trabalhos será divulgado em 27 de fevereiro de 2026, na página <https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/chamadas-publicas/inscricao-de-trabalhos-tecnicos-para-apresentacao-nos-seminarios-de-pesquisas-empiricas-aplicadas-a-politicas-judiciarias/>.

Dúvidas e informações adicionais poderão ser encaminhadas ao DPJ pelo e-mail [dpj@cnj.jus.br](mailto:dpj@cnj.jus.br) com o **Assunto:** Seminários de Pesquisas Empíricas Aplicadas a Políticas Judiciárias.

Brasília, 30 de dezembro de 2025.